



1 Às nove horas do dia primeiro de agosto de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros
4 **ALOISIO CHAVES, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E SÉRGIO LEÃO**; e o
5 Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº 007/2017.
6 Ausências justificadas dos Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO E MARA LÚCIA**; presença da
7 Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA**
8 **REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado
9 do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta
10 Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA**, para composição de
11 quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte.
12 Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo*
13 *quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que*
14 *possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". **LEITURA DE EXPEDIENTE DA**
15 **PRESIDÊNCIA:** o Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Dr.
16 Jorge Antônio Cajango Pereira, proferiu a seguinte leitura em Plenário: **1. Processo nº**
17 **201702039-00.** A Presidente da Câmara Municipal de Viseu, **Sra. Cheirliane Melo Viana**,
18 encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 005/2016, de 12/12/2016, **que**
19 **mantém o Parecer Prévio do TCM**, nos termos da Resolução nº 12.561, de 28/06/2016,
20 aprovando as contas da Prefeitura daquele município, **no exercício financeiro de 2013**
21 (Processo nº 860012013-00), de responsabilidade do **Sr. Cristiano Dutra Vale**; **2. Processo**
22 **nº 201703128-00.** O Presidente da Câmara Municipal de Medicilândia, **Sr. Valdivino**
23 **Rodrigues Lopes**, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 003/2016, de
24 12/12/2016, **que mantém o Parecer Prévio do TCM**, nos termos da Resolução nº 11.317, de
25 28/11/2013, aprovando as contas da Prefeitura daquele município, **no exercício financeiro de**
26 **2008** (Processo nº 950012008-00), de responsabilidade **da Sra. Maria Lenir Trevisan Torres**;
27 **3. Processo nº 201703130-00.** O Presidente da Câmara Municipal de Medicilândia, **Sr.**
28 **Valdivino Rodrigues Lopes**, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº
29 004/2016, de 12/12/2016, **que mantém o Parecer Prévio do TCM**, nos termos da Resolução
30 nº 11.313, de 26/11/2013, aprovando as contas da Prefeitura daquele município, **no exercício**
31 **financeiro de 2009** (Processo nº 950012009-00), de responsabilidade **do Sr. Ivo Valentim**
32 **Muller**; **4. Processo nº 201705356-00.** A 4ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa
33 Comunitária e Cidadania de Castanhal (**OF. Nº 184/17-MP/4º PJC, 27/04/2017-Dra.**
34 **Mariela Correa Hage**), encaminhou a esta Corte cópia da **Promoção de Arquivamento** do
35 Procedimento Preparatório SIMP nº 002213-040/2017, de 25/04/2017, **por falta de**
36 **fundamento** para instauração de inquérito civil e para propositura de ação civil pública de
37 responsabilidade por ato de improbidade administrativa, com remessa de cópia dos autos ao
38 Ministério Público Federal, que é dotado de legitimidade para atuar no feito, para os devidos fins.
39 O referido procedimento versa sobre a **não aprovação da Prestação de Contas do Fundo**
40 **Municipal de Educação de São João da Ponta**, exercício **2013** (1422042013-00), de



responsabilidade das Sras. **Gisele de Oliveira Monteiro** (período de 01/01 a 31/01) e **Luciane Cipriano Moreira** (período de 01/02 a 31/12), decisão proferida por este Tribunal, no **Acórdão nº 27.659, de 17/09/2015; 5. Processo nº 201705357-00**. A 4ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Castanhal (**OF. Nº 181/17-MP/4º PJC, 27/04/2017 – Dra. Mariela Correa Hage**), encaminhou a esta Corte cópia da **Promoção de Arquivamento** do Procedimento Preparatório SIMP nº 002206-040/2017, de 25/04/2017, **por falta de fundamento** para instauração de inquérito civil e para propositura de ação civil pública de responsabilidade por ato de improbidade administrativa, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, que é dotado de legitimidade para atuar no feito, para os devidos fins. O referido procedimento versa sobre a não aprovação da **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Educação de São João da Ponta**, exercício **2010** (1422042010-00), de responsabilidade da **Sra. Giselle Palheta de Oliveira**, decisão proferida por este Tribunal, no **Acórdão nº 27.411, de 18/08/2015; 6. Processo nº 201705851-00**. O Presidente da Câmara Municipal de Oriximiná, **Sr. Antonio Odinélio Tavares da Silva Júnior**, encaminhou Ofício nº 148/2017, de 18/05/2017, informando que por maioria dos votos **manteve o Parecer Prévio do TCM**, nos termos da **Resolução nº 12.029, de 03/09/2015**, que **aprovou** as contas da **Prefeitura Municipal de Oriximiná**, exercício **2004** (Processo nº 530012004-00), de responsabilidade do **Sr. Luiz Gonzaga Viana Filho; 7. Processo nº 201705719-00**. O Presidente da Câmara Municipal de Altamira, **Sr. Loredan de Andrade Mello**, encaminhou as Resoluções nºs. 003/2017, 004/2017 e 005/2017, datadas de 26/04/2017, que **aprovaram, com ressalvas**, as contas da Prefeitura daquele município, acompanhadas dos respectivos Alvarás de Quitação, **mantendo, em parte, os Pareceres Prévios do TCM**, visto que a **Resolução nº 10.603, de 29/11/2012**, recomenda à Câmara a aprovação com ressalvas das contas da Prefeitura, exercício 2001, enquanto que **as Resoluções nº 9.807, de 29/06/2010 e nº 9.748, de 08/04/2010**, recomendam a **aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Altamira**, referentes aos exercícios **2002 e 2004** (Processos nºs 60012001-00, 0060012002-00 e 0060012004-00), respectivamente, todos de responsabilidade do **Sr. Domingos Juvenil Nunes de Souza**. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 310012010-00; Prefeitura Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2010; Contas Anuais de Governo; Responsável: Manoel Moacir Gonçalves Alho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.370). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 310012010-00; Prefeitura Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2010;**



77 Contas Anuais de Gestão; Responsável: Manoel Moacir Gonçalves Alho; Instrução: 2ª
78 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
79 Cezar Colares; Advogado/Contador: Rosivado da Silva Lima - CRC/PA. 13.857; **Publicado no**
80 **DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
81 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de
82 multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
83 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
84 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento,
85 aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
86 (Acórdão nº 30.794). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 410012011-**
87 **00; Prefeitura Municipal de Magalhães Barata; Prestação de Contas – 2011; Contas**
88 Anuais de Governo; Responsável: Raimundo Nonato De Lima Braga; Instrução: 1ª Controladoria;
89 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
90 **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
91 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
92 pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos
93 ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
94 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
95 pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, aplicação de multas, e o
96 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.371).
97 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 410012011-00; Prefeitura**
98 **Municipal de Magalhães Barata; Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de Gestão;**
99 Responsável: Raimundo Nonato De Lima Braga; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:
100 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº**
101 **143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
102 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento aos
103 cofres municipais, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
104 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
105 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
106 irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas,
107 determinar a indisponibilidade dos bens do Ordenador nos termos do inciso I, do Art. 145 do
108 RI/TCM-PA, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
109 30.795). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1380012011-00;**
110 **Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de**
111 Governo; Responsável: Edison Raimundo Alvarenga; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério
112 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas -
113 Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº
114 **07/2017; Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
115 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
116 parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O



115 Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator.
116 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de
117 parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução nº 13.372). Presidência do Conselheiro
118 Aloisio Chaves. **Processo nº 1380012011-00; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna;**
119 **Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Edison Raimundo**
120 **Alvarenga; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**
121 **Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro**
122 **Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; Publicado no DOE nº 143, de**
123 **27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
124 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com aplicação de multas. A matéria foi
125 colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**,
126 ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
127 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa
128 (Acórdão nº 30.796). Presidência do Conselheiro Aloisio Chaves. **Processo nº 360022014-00;**
129 **Câmara Municipal de Itaituba; Prestação de Contas – 2014; Contas Anuais de Gestão;**
130 **Responsável: Wescley Silva Aguiar; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
131 **Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 143, de**
132 **27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
133 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A
134 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de
135 **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
136 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa
137 (Acórdão nº 30.797). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1144412014-**
138 **00; Fundo Municipal de Assistência Social de Goianésia do Pará; Prestação de Contas**
139 **– 2014; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria Wilma Duarte Alencar; Instrução: 2ª**
140 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar**
141 **Colares; Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
142 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
143 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
144 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
145 contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
146 Estadual (Acórdão nº 30.798). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
147 **262142014-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Colares; Prestação de**
148 **Contas – 2014; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria Lucimar Barata; Instrução: 2ª**
149 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar**
150 **Colares; Advogado/Contador: Leonardo de Souza Campos CRC/PA 011312/0-5; Publicado no**
151 **DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
152 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e
153 aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
154 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela



153 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 30.799). Presidência
154 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1173192014-00; Fundeb de Nova Esperança**
155 **do Piriá; Prestação de Contas – 2014;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Moisaniei
156 Oliveira Pinheiro; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame
157 da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.**
158 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
159 manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi
160 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
161 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e
162 aplicação de multas (Acórdão nº 30.800). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
163 **nº 262112014-00; Secretaria Municipal de Educação de Colares; Prestação de Contas**
164 **– 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Eliene Cristina Mendonça Dos Santos;
165 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:
166 Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Leonardo de Souza Campos CRC/PA 011312/0-5;
167 **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
168 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A
169 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
170 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
171 ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.801). Presidência do Conselheiro Daniel
172 Lavareda. **Processo nº 920022014-00; Câmara Municipal de Dom Eliseu; Prestação de**
173 **Contas – 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Genilson Freitas Cavalcanti; Instrução:
174 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro
175 Antonio José Guimarães; Advogado/Contador: Norberto Ferreira Rocha (contador); **Publicado**
176 **no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
177 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria
178 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
179 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão do
180 Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.802). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
181 **nº 922392014-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dom**
182 **Eliseu; Prestação de Contas – 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Eldo José
183 Ribeiro; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha;
184 Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contadora: Maria Edinazelia de Aguiar
185 Rocha CRC PA 14464; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo
186 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
187 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
188 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
189 regularidade das contas, com emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.803). Presidência do
190 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 922362014-00; Secretaria Municipal de Meio**
191 **Ambiente de Dom Eliseu; Prestação de Contas – 2014;** Contas Anuais de Gestão;
192 Responsável: Edilberto Poggi; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora



191 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contadora:
192 Maria Edinazelia de Aguiar Rocha CRC PA 14464; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.**
193 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
194 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
195 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
196 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão do Alvará de Quitação
197 (Acórdão nº 30.804). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 94122009-00;**
198 **FME e FUNDEB de Augusto Corrêa; Prestação de Contas – 2009;** Contas Anuais de
199 Gestão; Responsável: Gláucia Ferreira De Araújo Serio; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério
200 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no**
201 **DOE nº 143, de 27.07.2017.** Retirado de Pauta. **Processo 1073142008-00; Fundo**
202 **Municipal De Saúde de Abel Figueiredo; Prestação de Contas – 2008;** Contas Anuais de
203 Gestão; Responsável: Gedilson Alves Alexandrino; Instrução: Auditor Ornilo De Araújo Sampaio
204 Filho 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:
205 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo
206 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
207 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
208 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
209 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 30.805).
210 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1284002008-00; Fundo Municipal**
211 **de Educação de Ulianópolis; Prestação de Contas – 2008;** Contas Anuais de Gestão;
212 Responsável: Neusa de Jesus Pinheiro; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:
213 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 143,**
214 **de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
215 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A
216 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
217 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
218 ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 30.806). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
219 **Processo nº 33982013-00; Fundo Municipal de Saúde de Afuá; Prestação de Contas –**
220 **2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Roldão de Almeida Lobato Filho; Instrução: 1ª
221 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
222 Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
223 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
224 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
225 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
226 contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
227 Estadual (Acórdão nº 30.807). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
228 **893992006-00; Fundo Municipal de Educação de Bom Jesus do Tocantins; Prestação**
229 **de Contas – 2006;** Contas Anuais; Responsável: Clautilde Borburema de Oliveira; Instrução: 1ª
230 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro



229 Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o
230 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
231 contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
232 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
233 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
234 recolhimentos aos cofres municipais, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos
235 autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.808). Presidência do Conselheiro Daniel
236 Lavareda. **Processo nº 904442006-00 (201114617-00); Fundo Municipal de Saúde de**
237 **Brejo Grande do Araguaia; Recurso – 2006;** de Reconsideração Contra Decisão Objeto do
238 Acórdão Nº 21.136/2011; Recorrente: José Nilson Lopes Da Silva; Instrução: 1ª Controladoria;
239 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado**
240 **no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
241 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial
242 do Recurso, modificando a decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O
243 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
244 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a modificação
245 da decisão recorrida. (Acórdão nº 30.809). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
246 **nº 1210072011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Pau D'Arco; Prestação**
247 **de Contas – 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Solange Rosa Dos Santos Silva;
248 Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:
249 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Conselheiro Aloisio Chaves;
250 Advogado/Contador: José Augusto Rufino de Sousa (Contador); **Publicado no DOE nº 143, de**
251 **27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
252 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A
253 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de
254 **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
255 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas
256 (Acórdão nº 30.810). Presidência do Conselheiro Aloisio Chaves. **Processo nº 33992008-00;**
257 **Fundo Municipal de Educação de Afuá; Prestação de Contas – 2008;** Contas Anuais de
258 Gestão; Responsável: Kelly Cristina Dos Santos Salomão (01/01 a 30/06) e Francisco Leite Dos
259 Santos (01/07 a 31/12); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
260 Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do
261 Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; Advogado/Contador:
262 Raimundo Edson Amorin Santos - CRC/Pa 957400; **Publicado no DOE nº 143, de**
263 **27.07.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 583842012-00; Fundo Municipal de Saúde**
264 **de Portel; Prestação de Contas – 2012;** Contas Anuais de Gestão: Pedido de Vista Cons.
265 Mara Lúcia, Sessão 30.03.2017; Responsável: Marilda do Socorro Lacerda Tenório; Instrução: 3ª
266 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira
267 Substituta Márcia Costa; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Retirado de Pauta.
268 **Processo nº 201608221-00; Prefeitura Municipal de Capitão-Poço; Denúncia Externa**



267 – **2016**; Denúncia Com Pedido de Cautelar em Processo Licitatório Denunciante Cantex
268 Participações e Serviços Ltda – Epp; Denunciado: Antonia Diana Mota de Oliveira (Prefeita
269 Municipal) e Osias Freitas Barroso (Presidente da Cpl); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério
270 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho;
271 Advogado/Contador: Alex Felipe Barban; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Retirado
272 de Pauta. **Processo nº 201603666-00; Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém de**
273 **MINAS GERAIS; Denúncia Externa – 2016**; Denunciante Selt Engenharia; Denunciado:
274 Adinaldo Souza De Oliveira; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
275 **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
276 Relator apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos
277 termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
278 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro
279 Relator pela não admissibilidade da Denúncia (Acórdão nº 30.811). Presidência do Conselheiro
280 Daniel Lavareda. **Processo nº 201507482-00; Prefeitura Municipal de Bragança;**
281 **Denúncia Externa – 2013**; Referente As Supostas Irregularidades Ocorridas Naquele Órgão.;
282 Denunciante: Marcos de Oliveira Ribeiro; Denunciado: João Nelson Pereira Magalhães; Instrução:
283 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro
284 Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De
285 Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo
286 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
287 se pela procedência da Denúncia, com a responsabilização do Ordenador de despesas pelos
288 valores pagos indevidamente. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto
289 apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência
290 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência da Denúncia, com
291 a responsabilização do Ordenador de despesas pelos valores pagos indevidamente, com a devida
292 anexação dos autos à Prestação de Contas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
293 Público Estadual (Acórdão nº 30.812). Presidência do Conselheiro Alosio Chaves. **Processo nº**
294 **1154062008-00; Fundo Municipal de Saúde de Ipixuna do Pará; Pedido de Revisão –**
295 **2008**; Pedido de Revisão Ac. 27.289, De 03/07/2015 (201514274-00); Autor: Stélio Carvalho
296 Castelo Branco Junior (10/09 A 31/12); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:
297 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE**
298 **nº 143, de 27.07.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201607428-00 (600022010-00);**
299 **Câmara Municipal de Prainha; Pedido de Revisão – 2010**; Pedido de Revisão Contra a
300 Decisão Objeto do Acórdão Nº 25.022/2014; Autor: José Helio Miranda Da Rocha; Instrução: 1ª
301 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
302 Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
303 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
304 provimento parcial do Recurso, com a modificação da decisão recorrida. A matéria foi colocada
305 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**:
306 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a



305 modificação da decisão recorrida.(Acórdão nº 30.813). Presidência do Conselheiro Daniel
306 Lavareda. **Processo nº 1080012004-00; Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte;**
307 **Recurso Ordinário Resolução Nº 10.528, De 23/10/12;** Recorrente: José Francisco Da
308 Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva;
309 Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.**
310 Retirado de Puta. **Processo nº 200504339-00 (201407463-00); Associação do Conjunto**
311 **Habitacional Júlia Seffer-Ananindeua de Ananindeua; Recurso – 2005;** Ordinário Contra
312 a Decisão Objeto do Acórdão Nº 24.072/2013; Recorrente: José Maria Furtado Corrêa; Instrução:
313 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio
314 Leão; **Publicado no DOE nº 143, de 27.07.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
315 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
316 não provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
317 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
318 pelo conhecimento e não provimento do Recurso (Acórdão nº 30.814). Presidência do
319 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201704769-00; Prefeitura Municipal de**
320 **Palestina do Pará; Consulta – 2017;** Pagamento Através de Notas De Debito; Interessado:
321 Cláudio Robertino Alves Dos Santos; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no**
322 **DOE nº 143, de 27.07.2017.** Retirado de Puta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA: 1.** Proposta
323 realizada pelo Conselheiro Sérgio Leão, para realização de Inspeção Extraordinária nos Regimes
324 Próprios de Previdência Social - RPPS dos Municípios de Portel, Muaná e Oeiras do Pará, no
325 período de 14 a 30 de agosto do corrente. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência
326 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela Inspeção Extraordinária sob a
327 coordenação do Conselheiro Sérgio Leão. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
328 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta minutos da
329 qual foi lavrada a presente Ata.
330 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em primeiro de agosto
331 de dois mil e dezessete.
332 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 050/2017, em dezessete de agosto de dois mil e dezessete.
333 Visto:

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente / PRESIDENTE DA SESSÃO

Aloísio Augusto Lopes Chaves
Conselheiro / Ouvidor / PRESIDENTE DA SESSÃO

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral